



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

PROCESSO 038/2026

CRENCIAMENTO Nº 013/2026

A **Prefeitura Municipal de Miradouro/MG**, por meio da Secretaria Municipal de Administração com sua sede administrativa sito à Praça Santa Rita, nº 192, Centro, CEP 36.893-000, Miradouro/MG, torna público a abertura do Procedimento Auxiliar qualificado em epígrafe, adotando-se como:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 11.878/2024 e demais condições fixadas neste instrumento;

DATA DE INÍCIO PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: 24/04/2026

ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO: Os interessados em participar do presente credenciamento, deverão entregar a documentação diretamente à Comissão de Contratação da Prefeitura de Miradouro, no endereço de Praça Santa Rita, nº 192, Centro, CEP 36.893-000, Miradouro/MG.

INEXIGIBILIDADE N.º 013/2026
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

NOME/RAZÃO SOCIAL :
Nº DO CNPJ OU CPF :

DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

- a) A análise dos documentos será realizada a cada 15 (quinze) dias pela Comissão de Contratação.
- b) Serão credenciados os participantes que apresentarem corretamente os documentos exigidos para fins de habilitação.
- c) O resultado dos julgamentos quanto a habilitação será divulgado no site oficial do Município, no link: <https://www.miradouro.mg.gov.br/>.
- d) Os atos praticados pela Comissão nas diversas fases do presente certame poderão ser impugnados pelos licitantes mediante a interposição de recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, conforme o caso.
- e) Decorrido o prazo sem interposição de recurso ou decididos os interpostos, a Comissão remeterá o processo a autoridade competente para homologação e adjudicação do objeto.

VIGÊNCIA: 24/04/2026 à 24/04/2027 ou até que todas as vagas disponíveis sejam preenchidas, o que vier a acontecer primeiro;

HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO: Paralela e não excludente;

CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA E ORDEM DE CONTRATAÇÃO: A ordem de escolha dos pontos será definida através da ordem de credenciamento.

1- OBJETO

1.1. Credenciamento de pessoas jurídicas que tenham interesse em obter permissão de uso de espaço público para instalação, operação e manutenção de mobiliário urbano do tipo estações de hidratação tipo bebedouros, com água gelada, água quente, água para pets e aspersor refrescante com exploração de engenho de publicidade, pelo período de 10 anos e prorrogáveis por mais dez no Município de Miradouro.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste procedimento as Pessoas Jurídicas que atendam todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.1.2 Cada interessado somente poderá se credenciar duas estações de hidratação tipo bebedouros.

2.1.3 O interessado deve indicar em declaração, a ser apresentada juntamente com a documentação de habilitação, quais os pontos tem interesse, respeitando o quantitativo máximo indicado no item 2.1.2..

2.1.4 A participação, sem oposições, implica na integral e incondicional aceitação de todas as condições e cláusulas previstas no presente Termo, bem como no Edital de Credenciamento.

2.2. Não poderão participar do procedimento:

a) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção o que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

d) O proponente não deve possuir condenações em nome da empresa e nem de seus sócios em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrências, formação de quadrilha, ambientais, contra a vida, contra o patrimônio, lavagem de dinheiro, ou quaisquer outros crimes relacionados à malversação de recursos públicos.

3- DO QUANTITATIVO

3.1 O Termo de Referência se propõe a instruir o edital de chamamento para o credenciamento dos interessados, estabelecendo condições padronizadas de obtenção da permissão.

3.2 Destaca-se que o presente credenciamento abará, tão somente, os 02 pontos dispostos na tabela abaixo

3.3 Serão instalados 02 bebedouros de estação nos pontos mencionados. Os locais escolhidos justificam-se pela notória movimentação.

3.4 Fica facultado ao interessado em participar do credenciamento, a realização de visita técnica nos locais mencionados e que serão instaladas as estações.

3.5 O credenciado não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento e/ou eventuais dificuldades de execução de qualquer parte dos serviços objeto da permissão e que deverá entregar, junto aos documentos, declaração alegando conhecer plenamente os locais.

ITENS	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
1	2	UN	INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO TIPO BEBEDOUROS COM ÁGUA GELADA, QUENTE, ÁGUA PARA PETS E ASPERSOR REFFRESCANTE MODELO SMART, SIMILAR OU SUPERIOR ESPECIFICAÇÕES: Medidas (A x L x P) - 1,95 x 0,40 x 0,50 m (As medidas referenciais podem ter uma margem de 5% para mais ou menos). A capacidade de refrigeração deve ser de no mínimo de 1L por minuto. PONTO DE INSTALAÇÃO – PRAÇA SANTA RITA E PRAÇA GETÚLIO VARGAS



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

4- DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Como requisito de habilitação para o credenciamento, os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1. PESSOA JURÍDICA - REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

VIII- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

IX- Declaração unificada (**Anexo IV**)

X- Declaração de conhecimento do local (**Anexo V**);

XI- Declaração de Proposta (**Anexo VI**).

4.1.2. PESSOA JURÍDICA -REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III- Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do proponente, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do proponente;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

- FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VII – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VIII- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

4.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do proponente, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pela comissão de contratação.

4.1.3. PESSOA JURÍDICA - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica proponente, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

II - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Destaca-se que a apresentação do balanço patrimonial é obrigatória, inclusive para as empresas ME/EPP ou equiparadas, ficando dispensada de apresentação APENAS em licitações cujo objeto se trate de fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, nos termos do art. 3º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

As empresas criadas no mesmo exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 14.133/2021.

c) Comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa mediante a aplicação das seguintes fórmulas e obtendo como resultado o valor de $\geq 1,0$, sendo o RESULTADO MÍNIMO:

$LG \geq 1,0 / SG \geq 1,0 / LC \geq 1,0$.

Esclarecimentos:

Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

Índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo. Para os três índices colacionados (ILG, ISG e ILC), o resultado " $> 1,00$ " (maior ou igual a um) é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa.

ÍNDICES CONTÁBEIS - Situação - ILG, ISG e ILC $<$ (menor) que 1,00 a empresa é deficitária; 1,20 a 1,35 a empresa é equilibrada; (maior) que 1,35 a empresa é satisfatória.

A Administração tem que contratar com empresas que tenham possuem condições financeiras satisfatórias.

A principal forma de se aquilatar isso é através da análise dos balanços contábeis, com vistas a identificar a capacidade da empresa de arcar com o compromisso assumido de forma relativamente independente da Administração Pública.

A lei tem o caminho de afastar as empresas que se mostram totalmente dependentes da Administração para honrar os compromissos. Assim, a análise do Balanço Comercial deve demonstrar que a empresa tem disponibilidade de caixa para honrar compromissos, ou no mínimo condições a curto prazo.

No caso do objeto licitado, em que a demanda por recursos é grande devido para a execução do objeto, a questão não é a empresa deter patrimônio suficiente para fazer frente à magnitude das obrigações assumi-las, mas sim a capacidade de transformar esse patrimônio em numerário.

Diante de todo o exposto, conclui-se que os índices adotados neste edital retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores: ILG: maior ou igual a 1,00; e ISG: maior ou igual a 1,00.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

Portanto, tendo em vista o objeto licitado, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Os índices acima foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações.

De curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Os índices estabelecidos permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis. Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que o Município deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato.

Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação.

O licitante que apresentar índice econômico menor do que o estabelecido poderá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% do valor estimado da contratação.

- Os documentos referidos no item II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.1.4. PESSOA JURÍDICA -DECLARAÇÃO UNIFICADA (ANEXO III):

I- Declaração de Inidoneidade;

II- Declaração de Habilitação;

III- Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso III do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil. Declaração De Não Utilização De Mão De Obra Infantil;

IV- Declaração de Responsabilidade;

V- Declaração de que NÃO possui impedimentos e vedações de participação e contratação pelos motivos dispostos no Art. 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI- Declaração de ME/EPP, acrescida do comprovante de enquadramento que poderá ser realizado das seguintes formas:

a) Quando a empresa for optante pelo Simples Nacional: comprovante da opção pelo Simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal; ou

b) Quando a empresa não for optante pelo Simples Nacional: prova através de documento expedido através da junta comercial (Certidão Simplificada de Micro Empresa) ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Observação: A exigência constante na alínea g somente será necessária, caso a empresa licitante tiver assinalado o regime ME/EPP no sistema e for utilizar dos benefícios contidos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Arts. 43,44 e 45).

VII- Declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme determina art. 62, §3º da Lei 14.133.

VIII- Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do §1º do art. 63, da Lei 14.133/2021.

4.1.4.1 Declaração de Condição de ME ou EPP e cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 (MODELO EM ANEXO)

4.1.4.2. A falsidade da declaração sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

4.2 A inscrição/participação é gratuita e sob nenhuma hipótese poderá ser feita cobrança para que o participante integre este credenciamento.

4.3 Os documentos de credenciamento deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Miradouro, em horário de expediente, localizado na Praça Santa Rita, nº 192, bairro Centro, Miradouro em envelope lacrado de acordo com as exigências do Edital.

4.4 Em hipótese alguma serão recebidos envelopes pelos Correios ou serviços de entrega similares.

4.5 Os requerentes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

4.6 A falsidade de informações poderá acarretar a respectiva eliminação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra o requerente e comunicação às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

4.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.

4.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.8 É de responsabilidade do proponente conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.10 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos até o momento da aferição dos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos proponentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- II- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

4.11. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação, nos termos do art. 15, §3º do Decreto Federal nº 11.878/2024.

4.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006, nos termos do art. 15, §5º do Decreto Federal nº 11.878/2024.

4.14. Realizada a diligência e não sendo possível sanar erros ou falhas, a proponente será inabilitada.

5 - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E ESCOLHA DAS ESTAÇÕES

5.1 A ordem de escolha dos pontos será definida através da ordem de protocolo de credenciamento.

5.2. Havendo interposição de recurso, a sessão para o sorteio será suspensa até o seu julgamento.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

5.4 A sessão de credenciamento será presencial.

6 - DO CREDENCIAMENTO

6.1 O credenciamento será conduzido pela comissão de contratação, conforme portaria de designação da autoridade competente.

6.2 O credenciamento permanecerá em aberto desde a data de sua publicação até o dia 24/04/2027 **ou até que todas as vagas disponíveis sejam preenchidas, o que vier a acontecer primeiro;**

6.3 A vigência da permissão será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por mais 10 (dez).

6.4 O credenciamento do proponente não constitui obrigatoriedade de contratação.

6.5 O credenciado habilitado passará a ser chamado permissionário e receberá número de matrícula.

6.6 Exceto pelos casos previstos em lei, o permissionário deverá estar sempre à frente de seu negócio e exercer sua atividade, sob pena de extinção da permissão de uso.

6.7 É expressamente vedada a mudança de ramo de atividade durante a vigência da permissão, exceto se expressamente autorizado pelo Órgão Permitente ou na hipótese de alteração legislativa.

6.8 Todos os credenciamentos serão ratificados pela Autoridade Competente.

6.9 O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

6.9.1 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos arts. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.2 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram, desde que não possuam vícios e/ou ilegalidades.

6.9.3 O Contrato de Permissão de Uso e Ocupação poderá ser extinto nas seguintes hipóteses de Descredenciamento:

I - Pedido formalizado pelo credenciado;

II - Perda das condições de habilitação do credenciado;

III - Descumprimento injustificado do contrato pelo permissionário; e

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.9.4 O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

6.9.5 Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.9.6 Somente por motivo de economicidade, segurança ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

6.10 Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7 - DOS RECURSOS

7.1 A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de proponentes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do proponente:

I- a intenção de recorrer deverá ser manifestada via e-mail premir2013@yahoo.com.br

, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de publicação da decisão sob pena de preclusão;

II- o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, iniciado no primeiro dia útil



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

subsequente à manifestação do interesse recursal contida no item I;

7.3 Os recursos deverão ser encaminhados via e-mail (premir2013@yahoo.com.br).

7.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 3 (três) dias úteis, quando cabível, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, nos termos do art. 16, §1º do Decreto Federal nº 11.878/2024.

8.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados via e-mail (premir2013@yahoo.com.br).

8.4. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.

8.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas na plataforma eletrônica e no site oficial do município.

9- DO ESPAÇO PÚBLICO A SER CONCEDIDO

9.1. O permissionário deverá utilizar o espaço físico estritamente para a finalidade permitida

9.2. Todos os custos para a adaptação do espaço às exigências legais para exercício das atividades são de responsabilidade do permissionário.

10 - DA CONTRAPARTIDA

10.1. Fica preestabelecido que os Permissionários deverão cumprir com as seguintes contrapartidas:

- a) deverá conter nos relógios e estação de hidratação - IMAGEM/LOGO da prefeitura de Miradouro.
- b) Providenciar e arcar com Licenciamento de alvará.
- c) responsabilizar-se pela compra da estação de hidratação.
- d) cuidar da manutenção do equipamento se necessário.

11 - DAS RESTRIÇÕES DE USO

11.1 Além do caráter eminentemente precário de que se reveste esta Permissão de Uso, reconhecido pelo Permissionário, ele fica obrigado a:



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

- a) Desocupar o espaço, findo o prazo fixado no Termo;
- b) Não ceder, arrendar, sublocar, emprestar ou transferir, a qualquer título, o uso do espaço a terceiros.

12 - DAS OBRIGAÇÕES

12.1 Fica o Permissionário obrigado a:

- a) Realizar manutenções periódicas a fim de prolongar a vida útil da estação.
- b) Realizar os pagamentos dos custos mensais nas datas estipuladas para cada uma delas.

13. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

13.1. O Contrato de Permissão de Uso e Ocupação poderá ser extinto:

O órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I - pedido formalizado pelo credenciado;
- II - perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

14 - DAS VEDAÇÕES

14.1 Os permissionários ficam vedados a:

- a) Ocupar espaço maior do que lhe foi permitido/autorizado.
- b) Não poderá promover marcas diferentes da própria em forma de divulgação.
- c) Fazer propaganda de caráter político ou religioso no ambiente do Espaço Público.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 Além das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, o permissionário ficará sujeito às penalidades dispostas na Legislação Municipal cabível.

16 - DA VIGÊNCIA

16.1. A vigência das permissões oriundas deste processo de credenciamento será de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período.

16.2. Em consonância com a legislação vigente, a presente Permissão de Uso é concedida em caráter eminentemente precário, podendo ser revogada a qualquer tempo, sem indenização de qualquer espécie ou natureza ao Permissionário.

17 - DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

17.1 O credenciado habilitado deverá assinar o Contrato de Permissão de Uso no prazo de até 03 (três) dias úteis a partir de sua convocação.

17.1.1 A convocação ocorrerá por meio de contato telefônico e endereço de e-mail que deverão ser indicados pelo credenciado.

17.1.2 O contrato poderá ser assinado presencialmente pelo permissionário no Setor de Licitações, localizado na Praça Santa Rita, nº 192, Centro, CEP 36.893-000, Miradouro/MG, ou ainda por meio de assinatura eletrônica, com a minuta assinada sendo devolvida para o e-mail premir2013@yahoo.com.br

17.2 Assinado o contrato de permissão, o permissionário terá o prazo máximo de 30(trinta), prorrogáveis por igual período, mediante apresentação de justificativa sujeita à aprovação pela Administração, para completo



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

cumprimento deste objeto, incluindo aquisição e entrega do equipamento, e obras de instalação.

17.3 Attingido o prazo máximo referido no subitem 17.2, e ausente justificativa aceita pela Administração Pública, ficará configurada a desistência do requerente convocado, podendo a Administração, a seu único e exclusivo critério, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de sorteio, para firmar o respectivo Termo em igual prazo ou abrir novo certame quando não houver classificados dentro do cadastro de reserva.

17.4 Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Todas as referências de tempo no Edital e eventuais avisos observarão o horário oficial de Brasília - DF.

18.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.5 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

18.6 É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.7 Os credenciados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19 - DOS ANEXOS

19.1 São partes integrantes deste instrumento:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta Termo de Permissão de Uso

ANEXO III – Minuta Contratual

ANEXO IV - Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO V - Declaração de conhecimento do local

ANEXO VI - Declaração de Proposta

20 - DO FORO

20.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Miradouro, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Miradouro/MG, 15 de abril de 2026.

Cloves da Silva Botelho

Prefeito Municipal de Miradouro



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 038/2026
CREDENCIAMENTO Nº 013/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento, encontrando-se este, em anexo.

Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de pessoas jurídicas que tenham interesse em obter permissão de uso de espaço público para instalação, operação e manutenção de mobiliário urbano do tipo estações de hidratação tipo bebedouros, com água gelada, água quente, água para pets e aspersor refrescante com exploração de engenho de publicidade, pelo período de 10 anos e prorrogáveis por mais dez no Município de Miradouro, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

ITENS	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
1	2	UN	INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE HIDRATAÇÃO TIPO BEBEDOUROS COM ÁGUA GELADA, QUENTE, ÁGUA PARA PETS E ASPERSOR REFRESCANTE MODELO SMART, SIMILAR OU SUPERIOR ESPECIFICAÇÕES: Medidas (A x L x P) - 1,95 x 0,40 x 0,50 m (As medidas referenciais podem ter uma margem de 5% para mais ou menos). A capacidade de refrigeração deve ser de no mínimo de 1L por minuto. PONTO DE INSTALAÇÃO – PRAÇA SANTA RITA E PRAÇA GETÚLIO VARGAS

1.3. A contratação será conduzida por meio de credenciamento, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, permitindo a ampla participação de pessoas jurídicas interessadas. Nesse modelo, não há repasse de recursos públicos ao permissionário, uma vez que se trata de permissão de uso de espaço público, a título precário e sem exclusividade, mediante contrapartida consistente na instalação, operação e manutenção de mobiliário urbano. Assim, a seleção será pautada na viabilidade técnica e na adequação das propostas às exigências legais e urbanísticas, garantindo o atendimento ao interesse público sem qualquer ônus financeiro ao Município.

1.4. Não será permitido ao licitante:

a) Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no subitem 1.2 deste Termo de Referência (proposta parcial);

1.5. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art.6º da Lei 14.133, de 2021, conforme informado na SD originária.

Do Prazo de Vigência dos Contratos:

1.6. O prazo de vigência do contrato a ser formalizado será de 10 (dez) anos, contados da data da publicação de seu extrato no Site Oficial do Município <https://miradouro.mg.gov.br/> e poderá ser prorrogado, por igual período.

1.7. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

2. DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente procedimento de credenciamento de pessoas jurídicas tem por objetivo viabilizar a permissão de uso de espaços públicos no Município de Miradouro para a instalação, operação e manutenção de mobiliário urbano do tipo estações de hidratação (bebedouros), dotadas de múltiplas funcionalidades, incluindo fornecimento de água gelada, água quente, água para pets e aspersor refrescante, com exploração de engenhos de publicidade, pelo período de 10 (dez) anos, prorrogáveis por igual período.

A proposta está em consonância com o interesse público, ao promover melhorias na infraestrutura urbana e garantir comodidade, bem-estar, saúde e acessibilidade à população, sem gerar ônus financeiro ao Município. As estações de hidratação proporcionarão benefícios diretos aos munícipes, como acesso gratuito à água potável em diferentes temperaturas, atendimento a animais de estimação e auxílio na regulação térmica em períodos de altas temperaturas, contribuindo para a qualidade de vida e o uso mais eficiente dos espaços públicos.

Ademais, o modelo de credenciamento visa assegurar ampla competitividade, transparência e isonomia entre os interessados, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto às formas de seleção e permissão de uso de bens públicos, garantindo maior eficiência administrativa.

Ressalta-se que a exploração publicitária vinculada ao mobiliário urbano permitirá a sustentabilidade econômica do projeto pelas empresas credenciadas, possibilitando a implantação, operação, manutenção e eventual substituição dos equipamentos sem custos para a Administração Pública.

Dessa forma, o Município de Miradouro cumpre seu papel de fomentar o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo o uso racional e eficiente dos espaços públicos em conformidade com o interesse coletivo e a legislação vigente.

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente procedimento tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas** interessadas em obter **permissão de uso de espaço público**, a título **precário, gratuito e sem exclusividade**, para a **instalação, operação, manutenção e conservação de mobiliário urbano** do tipo:

- **Estações de hidratação** com fornecimento gratuito de:
 - Água gelada
 - Água quente
 - Água potável para pets
 - Aspersor refrescante

Os equipamentos deverão ser instalados em pontos previamente definidos e aprovados pela Administração Municipal, respeitando critérios técnicos de acessibilidade, segurança e compatibilidade com o espaço urbano.

Como **contrapartida**, o permissionário poderá realizar a **exploração publicitária dos espaços** no mobiliário urbano, nos limites definidos pela legislação aplicável e pelas normas técnicas municipais.

A **permissão de uso terá validade de 10 (dez) anos**, podendo ser **prorrogada por até 10 (dois) anos**, mediante interesse público e regular desempenho das obrigações contratuais.

Esta solução visa promover a modernização e humanização dos espaços urbanos, ampliar a oferta de serviços gratuitos à população e valorizar a paisagem urbana, **sem qualquer custo ao Município**.

1. Natureza Jurídica:

- Permissão de uso de bem público, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** (art. 172), por meio de procedimento de **credenciamento**.

2. Critérios de Participação:

- Pessoas jurídicas legalmente constituídas;
- Comprovação de capacidade técnica para fabricação, instalação e manutenção do mobiliário urbano proposto;
- Apresentação de projeto técnico contendo o design dos equipamentos e a proposta de contrapartida publicitária.

3. Requisitos Técnicos dos Equipamentos:

- Estações de hidratação com pontos de água gelada, quente, potável para pets e aspersor;
- Equipamentos resistentes às intempéries, com manutenção simples e com sistema de higiene eficiente;



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

- Adequação às normas da ABNT, vigilância sanitária e acessibilidade.

4. Localização:

- Os pontos de instalação serão definidos pela Administração Municipal, podendo ser sugeridos pela permissionária, desde que aprovados tecnicamente.

5. Publicidade:

- Permitida apenas nos espaços previamente delimitados no mobiliário urbano;
- Sujeita à prévia autorização da Administração;
- Proibida a veiculação de conteúdo político-partidário, religioso, ofensivo ou contrário à moral e aos bons costumes.

6. Encargos da Permissionária:

- Custear integralmente a fabricação, transporte, instalação, manutenção, conservação e substituição dos equipamentos;
- Responsabilizar-se por danos a terceiros ou ao patrimônio público;
- Respeitar as normas urbanísticas, ambientais, de acessibilidade e publicidade em vigor;
- Apresentar seguro de responsabilidade civil.

7. Ausência de Contraprestação Financeira:

- O Município **não realizará qualquer pagamento à permissionária**, sendo a remuneração desta exclusivamente oriunda da exploração publicitária autorizada.

8. Fiscalização:

- A execução será acompanhada por servidor ou comissão designada, que avaliará o cumprimento dos requisitos técnicos e obrigações assumidas.

9. Encargos do Permitente

- Incumbe ao Município de Miradouro a responsabilidade pelo pagamento integral das despesas relativas ao consumo de água e energia elétrica decorrentes do funcionamento das estações de hidratação.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Das contratações decorrentes do Contrato.

4.1.1. A contratação será formalizada pelo órgão Requisitante, observado o disposto neste Termo de Referência.

4.2. Condições de entrega.

4.2.1 A permissionária poderá iniciar a execução no prazo 05 dias a contar da data da assinatura do contrato e ordem de serviços de início pelo setor de compras da Prefeitura.

4.2.2. A Permissão se dará nos locais descritos na descrição do objeto localizados no município de Miradouro.

4.3. Do local e horário de entrega/execução:

4.3.1. O local e hora da entrega serão definidos no instrumento de solicitação, descrito no item 4.2.1.

5. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Considerando que o presente procedimento trata-se de credenciamento para permissão de uso de espaço público, a título gratuito e precário, não haverá qualquer pagamento ou contraprestação financeira por parte do Município à permissionária.

A remuneração da permissionária decorrerá exclusivamente da exploração de publicidade nos equipamentos instalados, conforme limites e condições estabelecidos no edital, no termo de permissão de uso e nas legislações aplicáveis.

Portanto, não se aplicam critérios de pagamento neste processo, uma vez que o Município não arcará com qualquer despesa decorrente da instalação, manutenção ou operação dos mobiliários urbanos (estações de hidratação), sendo todas as obrigações, inclusive financeiras, assumidas integralmente pela permissionária.

6. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Nos termos do art. 117 da Lei 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

6.2. O plano básico de fiscalização como forma de implementação do gerenciamento de riscos encontra-se em desenvolvimento no município, no processo de transição de regimes. Até a publicação do normativo respectivo, os fiscais de contratos devem observar as regras atuais de fiscalização, como forma de inibir os principais riscos comuns a toda contratação.

6.3. Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato eletrônico, sendo que a comunicação entre a equipe de fiscalização e o preposto se dará principalmente por via de e-mail informados no contrato, sendo de responsabilidade da contratada manter o endereço eletrônico atualizado.

6.5. Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão do item “Do Gerenciamento de Riscos” no relatório do ETP, se for o caso.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O presente credenciamento **não possui caráter competitivo**, uma vez que **todos os interessados que atenderem integralmente aos requisitos estabelecidos no edital serão habilitados** a firmar termo de permissão de uso com a Administração, conforme previsão do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

Entretanto, considerando a limitação física dos espaços públicos disponíveis para a instalação dos mobiliários urbanos, a **escolha dos locais de instalação será realizada com base na ordem cronológica de protocolo das solicitações**, respeitada a **ordem de habilitação dos credenciados**.

Dessa forma, os **permissionários habilitados poderão selecionar os pontos de instalação desejados conforme sua ordem de protocolo**, até o limite da quantidade de estações previstas pelo Município, observando-se os seguintes critérios:

- A seleção dos locais será feita **individualmente**, mediante registro formal;
- Será considerada a **ordem de protocolo da documentação completa de credenciamento**;
- Uma vez escolhido o ponto por um credenciado habilitado, este será considerado reservado e indisponível aos demais;
- Em caso de empate na data e horário de protocolo, será adotado o **sorteio público** entre os empatados.

Essa sistemática busca garantir **transparência, isonomia e organização na ocupação dos espaços públicos**, evitando sobreposição de interesses e assegurando o adequado planejamento urbano.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O presente procedimento tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em obter permissão de uso de espaço público para a instalação, operação e manutenção de mobiliário urbano do tipo estações de hidratação** com fornecimento de água gelada, água quente, água para pets e aspersor refrescante, bem como a **exploração de engenho de publicidade**, conforme previsto na **Lei Municipal nº 1.401, de 02 de abril de 2024**.

Ressalta-se que **não há valor estimado para a contratação**, tendo em vista que a presente iniciativa **não envolve qualquer repasse financeiro por parte da Administração Pública ao permissionário**. Trata-se de **permissão de uso de bem público**, a título **precário, gratuito e sem exclusividade**, cujo objetivo é permitir que a pessoa jurídica selecionada possa explorar a atividade econômica vinculada à publicidade em troca da contrapartida de **implantação e manutenção do mobiliário urbano em benefício da coletividade**.

Neste contexto, o Município **não arcará com qualquer despesa** decorrente da instalação, operação, manutenção ou reposição dos equipamentos, motivo pelo qual **não há contratação de fornecimento de bens ou serviços, tampouco previsão de pagamento a ser realizado pela Administração**, o que justifica a **inexistência de valor estimado**.

Tal modelo de parceria público-privada, ainda que em sua forma simplificada, garante a implantação de melhorias na infraestrutura urbana **sem ônus aos cofres públicos**, observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Dessa forma, a ausência de valor estimado está plenamente justificada pela **natureza da relação jurídica estabelecida — uma permissão de uso remunerada exclusivamente pela exploração da publicidade — não se tratando de contratação onerosa para o Município**.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 2021, conforme estabelecido no Edital e Instrumento Contratual.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 038/2026
CREDENCIAMENTO Nº 013/2026

ANEXO II

Minuta de Termo de Credenciamento

Processo nº: 000/2026

Inexigibilidade nº: 000/2026

A Prefeitura Municipal de Miradouro, situada à Praça Santa Rita, 192 – Centro – Miradouro - MG neste ato representada pelo(a) Prefeito, Cloves da Silva Botelho, doravante denominada simplesmente " CREDENCIANTE ", e a empresa -----, inscrita no CNPJ sob o número -----, com sede Rua -----, ----- – bairro: ----- – -----, representada neste ato por seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente " CREDENCIADA ", têm entre si justo e acordado o presente Termo de Credenciamento, nos termos e condições a seguir:

1. Objeto:

- 1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de -----
-----, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.

2. Vigência:

- 2.1 Este Termo de Credenciamento terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor pelo período de 1 ano, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

3. Obrigações da Empresa:

- 3.1 A Empresa se compromete a prestar os serviços objeto deste credenciamento com eficiência, qualidade e dentro dos prazos estipulados.
- 3.2 A Empresa deverá cumprir todas as obrigações legais, fiscais e trabalhistas relacionadas à prestação dos serviços credenciados.
- 3.3 A Empresa deverá manter atualizados todos os documentos e informações exigidos pela Prefeitura para efeito de credenciamento.

4. Obrigações da Prefeitura:

- 4.1 A Prefeitura se compromete a fornecer à Empresa todas as informações e recursos



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

necessários para a realização dos serviços credenciados.

4.2 A Prefeitura deverá efetuar os pagamentos devidos à Empresa pelos serviços prestados, nos termos e prazos estabelecidos em contrato.

5. Rescisão:

5.1 Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido a qualquer momento, por iniciativa de uma das partes, mediante comunicação por escrito à outra parte com antecedência mínima de 30 dias.

5.2 Em caso de rescisão, a Empresa se compromete a concluir os serviços em andamento e a entregar todos os documentos e materiais relacionados aos serviços prestados à Prefeitura.

6. Disposições Gerais:

6.1 O presente Termo de Credenciamento constitui o acordo integral entre as partes, substituindo qualquer entendimento anterior, verbal ou por escrito, relativo ao objeto aqui tratado.

6.2 As partes elegem o foro da comarca de Miradouro, MG, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Termo de Credenciamento.

Por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Credenciamento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Miradouro, ----- de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO - Prefeito

Representante Legal

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

CPF:

2. _____

CPF:



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 038/2026
CREDENCIAMENTO Nº 013/2026

ANEXO III - MINUTA CONTRATUAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO, com sua sede administrativa, situada à Praça Santa Rita, 192 – Centro – Miradouro/MG, fone (032) 3753-1160, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **CLOVES DA SILVA BOTELHO**, brasileiro, casado, CPF sob nº 291.348.036-53, identidade 048128714 IFP RJ residente e domiciliado nessa cidade ea empresa....., C.N.P.J.N.º....., sediada na Rua....., na cidade de....., a seguir denominada CONTRATADA, a empresa..... representada neste ato pelo Sr....., CPF Nº., Residente na Rua....., resolvem firmar o presente contrato para prestação de serviços de....., em conformidade com o Processo Licitatório Nº....., na modalidade Inexigibilidade nº..... - Credenciamento, sob a regência da Lei Federal Nº 14.133/2021, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - Constitui objeto o Credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de....., conforme especificações contidas em seu Anexo I, no município de Miradouro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

São condições de execução do presente contrato:

I – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência pela CONTRATADA, sem autorização por escrito da CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

II – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – DO CONTRATANTE:

a) – Efetuar o pagamento na forma aqui pactuada.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

II – DO CONTRATADO:

- a) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a entrega dos serviços, objeto deste presente instrumento contratual em condições normais para serem utilizadas, obedecendo ao prazo de validade do produto.
- b) Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pelo objeto contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados e aprovados pela fiscalização, com base nos preços unitários definidos na Tabela de Preços (Anexo I do Edital).

4.2. O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias úteis** após a apresentação da nota fiscal, que deverá ser atestada pelo setor competente da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** (ou outra secretaria pertinente), comprovando a regular execução dos serviços.

4.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO

A área competente para receber, conferir e fiscalizar o objeto deste instrumento será a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** (ou outra secretaria pertinente).

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

a - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Miradouro, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

b - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades, a Prefeitura Municipal de Miradouro poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

c - Advertência.

d - Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias, o que ensejará cancelamento da autorização.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

e - Multa de 10% (dez por cento) caso a adjudicatária não cumpra com as obrigações assumidas, incluindo-se os prazos estabelecidos no item 12, salvo por motivo de força maior reconhecido pela Prefeitura Municipal de Miradouro.

f - As multas referidas neste item poderão ser descontadas no pagamento, ou cobradas judicialmente.

g - As aplicação de qualquer das penalidades previstas acima não isenta o licitante das demais penalidades

legais previstas em lei, bem como, do amplo direito de devolução dos bens pela Prefeitura Municipal de Miradouro.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, de acordo com o artigo 137 da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório Nº ____/2026, modalidade INEXIGIBILIDADE Nº ____/2026 - CREDENCIAMENTO; homologada em.../.../2026, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato será de 12 (dez) meses, tendo início em ____/____/2026 e término em ____/____/202__, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Miradouro/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firma o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhasabaixo.

Miradouro/MG, _____ de _____ de 2026.

Prefeitura Municipal de Miradouro
CONTRATANTE

CONTRATADA

1ª Testemunha

Nome:

CPF:

2ª Testemunha

Nome:

CPF:



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 038/2026
CREDENCIAMENTO Nº 013/2026

ANEXO IV

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, CNPJ/MF Nº _____, sediada na Rua____, DECLARA:

1 - Sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente PREGÃO ELETRÔNICO conforme previsto no artigo 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/2002, e ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2 - Para fins do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, declarar que não possuímos em nosso quadro pessoal empregado(s) menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14(catorze) anos de idade, se for o caso.

3 - Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, instaurado pela Prefeitura Municipal de Miradouro, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4 A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ da Empresa], com sede em [Endereço Completo da Empresa], na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, por seu representante legal, DECLARA, para os fins de participação no processo licitatório [Identificação da Licitação]:

Possuir restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e/ou trabalhista.

Pretende valer-se do prazo para a devida regularização, conforme prerrogativa estabelecida no art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicável ao presente certame por força do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

Está ciente de que a não apresentação da documentação regularizada no prazo legal implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-a às sanções administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5 - INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA A HABILITAÇÃO: que, até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6 - DE CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação.

7 - NÃO IMPEDIMENTO: que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, incluído pela Lei Complementar nº 147/2014. (se for o caso).

8 -Declara, para fins cumprimento do disposto no artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

9 - Declaro para os devidos fins e efeitos legais que não pertence ao quadro societário da empresa proponente, servidor(es) público(s) da ativa, ou empregado(s) de empresa pública ou de



MUNICÍPIO DE MIRADOURO

CNPJ 17.947.623/0001-79

sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

10 * - Declara, sob as penas da Lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação em referência, por qualquer outro meio ou por qualquer pessoa;

A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação referenciada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação em referência quanto a participar ou não do processo;

O conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação referenciada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

O conteúdo da proposta não foi, em todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Comissão responsável antes da abertura oficial das PROPOSTAS; e

Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la se responsabilizando pela execução do objeto no prazo do Edital e que os preços se referem a preços usuais de mercado.

11 - DECLARO para fins da licitação, não possuir no seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. Declaro para os fins aqui registrados que as informações são verdadeiras, sob pena de responder por crime de Falsidade Ideológica, nos termos do Art. 299, do Código Penal.

12 Declaro para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Miradouro - MG deste EDITAL, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARO que esta instituição não pratica ou aceita a exploração de trabalho escravo ou degradante, a exploração sexual de menores e a exploração de mão de obra infantil e adolescente.

13 A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ da Empresa], com sede em [Endereço Completo da Empresa], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). [Nome do Representante Legal], portador(a) do CPF nº [CPF do Representante Legal] e da Cédula de Identidade RG nº [RG do Representante Legal], DECLARA, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que:

a) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e

b) não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e Data:

Representante Legal

Observação: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, de forma que identifique a proponente.



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 038/2026
CREDENCIAMENTO Nº 013/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

A PESSOA FÍSICA/JURÍDICA _____, inscrita no CPF/CNPJ Nº _____, sediada/residida na _____ (endereço completo), na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Miradouro, sendo neste ato representada pelo Sr. _____, CPF nº _____, declara(o) ter pleno conhecimento do local que será instalado a estação de hidratação.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2026

Representante Legal

PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 038/2026
CREDENCIAMENTO Nº 013/2026



MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA

A PESSOA FÍSICA/JURÍDICA _____, inscrita no CPF/CNPJ N° _____, sediada/residida na _____ (endereço completo), na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Miradouro, sendo neste ato representada pelo Sr. _____, CPF nº _____, declara(o) ter intenção de me credenciar no(s) ponto(s) de instalação(ões) _____.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2026

Representante Legal